

A ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA / ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ (1942 – 1965)

Mário Lopes Amorim¹

INTRODUÇÃO

A economia e a sociedade brasileiras passaram por uma conjuntura de grandes transformações ao longo da década de 1930. Marcada pela crescente presença da indústria que experimenta uma fase de expansão, a economia nacional é caracterizada pelo aumento quantitativo na produção de bens já fabricados aqui, como os de consumo não duráveis, e pela diversificação da produção, decorrentes das dificuldades para sua importação. O setor secundário é visto como fundamental para a recuperação e para o desenvolvimento da setor econômico pelo Estado, que adotará uma série de medidas no sentido de ser o controlador e o principal investidor desse processo (MENDONÇA, 1985, p. 24-8).

Apesar de conhecermos esse processo pela denominação de substituição de importações, podemos considerar como sendo uma de suas características basilares as alterações havidas na estrutura industrial. Setores tradicionais como a indústria têxtil e alimentícia conhecem um crescimento inferior em relação ao setor de bens de produção (FONSECA, 1989, p. 203-4). Ao mesmo tempo, a indústria passa a ter um ritmo de crescimento superior ao do setor agrícola, tornando-se o setor mais dinâmico da economia brasileira, voltado basicamente para o mercado interno.

A característica marcante dessa industrialização foi, sem dúvida, a presença do Estado como principal agente do processo, seja no planejamento, seja no investimento industrial. E a atuação do Estado consistia principalmente na implantação do setor de bens de produção, a fim de que o processo de substituição de importações fosse coroado de êxito. Assim, o Estado passava a ser diretamente responsável pela produção dos bens que abasteceriam o setor de bens de consumo, contando para isso com o amplo apoio do empresariado nacional, embora não dispusesse de capital suficiente para o investimento em todos os setores da indústria de base, dependendo em alguns deles da importação. Além disso, o Estado atuou também na defesa do protecionismo tarifário aos produtos da indústria nacional como, por exemplo, as

¹ Doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marioamorim@utfpr.edu.br

dificuldades para a importação de produtos similares aos nacionais, fossem matérias-primas ou mercadorias (FONSECA, 1989, p. 204-9). Dessa forma, mais importante que tudo, o Estado passa a ter um papel fundamental no controle da crescente classe operária, como bem o demonstra a legislação trabalhista da época.

Nesse contexto, está clara a importância da burguesia industrial em tal processo, pois embora não possa ser considerada como classe hegemônica, sem dúvida será a grande beneficiária dos investimentos estatais no setor secundário realizados durante o período (MENDONÇA, p. 21-2).

A conjuntura marca o predomínio das ideias de racionalização para todas as esferas sociais. Disciplinar para o trabalho e pelo trabalho: eis a palavra de ordem, veiculada, a princípio, como o discurso de uma elite ilustrada, que acabará tomando conta do todo social. A difusão dos pressupostos de racionalização científica, tanto no setor fabril como no educacional, principalmente o ensino profissional, é uma marca desse tempo.

Mesmo em regiões onde a indústria ainda engatinhava, como no caso de Curitiba, esse discurso aparece de forma bem clara, em que são exaltadas as virtudes da fábrica, a sua disciplina e produtividade como sinônimos da ordem e da civilização, caminho inevitável para o progresso (RIBEIRO, 1985, p. 133-8). A constituição de uma força de trabalho mais qualificada, com uma parcela de técnicos de melhor formação, responsáveis por um importante trabalho de ligação entre os operários e os engenheiros no processo industrial, vai ganhando força.



Figura 1 - Getúlio Vargas, acompanhado de Roberto Simonsen, em visita a indústria têxtil. O Estado passa a investir no setor dos bens de produção.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/historia/israel/memoria-economista-roberto-simonsen.shtml>

Ao longo da década de 1930, o Estado tomou uma série de medidas a respeito da educação profissional, no que tange à sua estruturação. As Escolas de Aprendizes Artífices passaram à denominação de Liceus Industriais (MACHADO, 1989, p. 33). Como se pode verificar, as atenções estão voltadas para o ensino profissional nesse momento, não somente pelas várias tentativas de organização e sistematização, mas principalmente pelo fato de o Brasil estar passando por um período de expansão industrial na época, conforme já frisamos acima. Significa dizer também que estava crescendo a demanda por trabalhadores mais bem qualificados, e que se buscava um caminho para se reformarem as instituições que ministravam tal modalidade de ensino,

levando em consideração que o ensino nas Escolas de Aprendizes Artífices estava restrito apenas à aprendizagem das profissões elementares, e que a evolução das indústrias no país já exigia um operariado com conhecimentos especializados e de nível superior ao do ensino primário (FONSECA, 1961, v. 1, p. 208).

A criação e/ou transformação de vários órgãos estatais para tratar da questão do ensino profissional nos leva a constatar que havia uma grande preocupação, por parte do governo Vargas, em atuar no sentido de ter um controle cada vez maior sobre esse ramo de ensino, buscando atender às demandas do empresariado industrial no que concerne à questão da mão de obra especializada.

Ainda a respeito das preocupações do governo Vargas com esse ramo de ensino, Célio da Cunha (1981, p. 118) afirma que

entre as intenções educacionais de Getúlio, o ensino profissional tinha absoluta primazia, prioridade que sempre defendeu e pela qual lutou. A bandeira do ensino profissional recebe destaque na maioria de seus pronunciamentos. Parece ter sido, em matéria de educação, o único ideal realmente abraçado por Vargas. (CUNHA, C. da, 1981, p. 118, grifo nosso).

Tal pensamento é também compartilhado por Pedro Cezar Dutra Fonseca (1989, p. 233):

Na visão de Vargas, [...] o problema educacional estava intimamente ligado ao trabalho; o educando era visto sobretudo por suas potencialidades com respeito ao trabalho futuro. A criação da riqueza dependia da produtividade, que se vinculava à qualificação e às condições físicas do trabalhador. Este era visto como capital humano, como evidência a seguinte afirmação de Vargas: “Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como **capital humano** aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza”.

Considerando viver-se na época do predomínio da máquina, alertava Vargas que esta exigia trabalho cada vez mais qualificado, daí o ensino profissional e técnico deve ser levado ao extremo das possibilidades. O ensino secundário, neste sentido, deixaria de ser mero instrumento de preparação para o curso superior – pelo que se deveria substituir os antigos cursos “preparatórios” por outros, criando a opção pelo ensino já profissional.

De acordo com Lucília Machado (1989, p. 38), há

uma modificação na participação do ensino industrial de 7,4% para 14,0%, no conjunto do ensino médio, o que equivale a um crescimento de 335% entre 1935 e 1945. Neste sentido, o crescimento das matrículas no ensino industrial ultrapassa em muito a média geral de crescimento das matrículas no ensino médio, que foi de 129% no mesmo período.

Ainda, segundo essa autora, o número de matriculados no ensino industrial era de 15.035 alunos em 1935, passando para 65.485 em 1945. Nesse sentido, tal expansão procura acompanhar o crescimento industrial do período, se tomarmos como referência que o número de estabelecimentos fabris era de 49.418 em 1940, ocupando 781.185 trabalhadores; em 1950 já eram 89.086 indústrias, empregando 1.256.807 trabalhadores (DOWBOR, 1982, p. 202). Apesar da expansão conhecida pelo ensino industrial no período, os números da indústria demonstram que a quantidade de alunos egressos das escolas industriais e técnicas era completamente insuficiente para atender à demanda fabril. Urgia, portanto, uma transformação das Escolas de Aprendizes Artífices, de habilitadora dos “filhos dos desfavorecidos da fortuna”, para se tornarem formadoras de uma elite de técnicos necessários para a indústria, com uma formação direcionada para a sua disciplinarização, não prescindindo para isso dos princípios da racionalização científica.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL: “MESSIANISMO” PEDAGÓGICO E PROJETO DE FORMAÇÃO DE UMA ARISTOCRACIA DO TRABALHO

Os pais enviavam os filhos para essas escolas porque ela lhes facilitava o que julgavam essencial: forneciam às crianças a alimentação, o que para eles era um meio de evitar gastos com os filhos, ao mesmo tempo em que os aprendizes adquiriam conhecimentos de algum ofício que lhes permitisse logo ganhar alguns níqueis, como ajudantes em qualquer fábrica. Esse conceito errôneo da finalidade desses estabelecimentos perdurou durante muito tempo, trazendo consigo péssimas consequências. Mas a pouco e pouco, esse estado de cousas vai desaparecendo. Atualmente o

povo brasileiro está em vias de compreender o quanto vale uma profissão, o que representam as indústrias para a economia individual e coletiva. E os Liceus Industriais do Brasil estão atingindo a sua finalidade¹.

Como já identificava o autor desconhecido do texto acima citado, algo estava mudando. Conforme já frisamos anteriormente, o processo de industrialização do país apresentava novas exigências no que concerne à força de trabalho. Portanto, nada mais “natural” que as escolas profissionais atuassem no mesmo sentido, isto é, se o “produto” das escolas não estava de acordo com o perfil pretendido pelos industriais, necessitava-se “atualizá-lo” para atender aos seus interesses. Dessa forma, podemos compreender melhor o porquê da reforma pela qual passou o ensino profissional no Brasil, no início da década de 1940, cujo discurso apontava na direção da necessidade de “ajustamento” desse ramo de ensino aos novos tempos trazidos pela indústria.



Figura 2 - Oficina de sapataria do Liceu Industrial de Curitiba. “Aprendizes adquirindo conhecimentos de algum ofício que lhes permitissem logo ganhar alguns níqueis [...]”
Fonte: Acervo DEDHIS.

Em janeiro de 1942, o governo editou dois decretos para regulamentar a questão do ensino profissional: o 4.048, do dia 22, que criava o SENAI, e o 4.073, do dia 30, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial (L.O.E.I.). O SENAI atuaria de acordo com os interesses empresariais, visando a uma formação de curta duração e desenvolvimento de habilidades específicas dos trabalhadores, enquanto os Liceus Industriais, rebatizados como Escolas Industriais ou Escolas Técnicas, dependendo do grau de ensino que passassem a ministrar, seriam responsáveis pela qualificação de prazo mais longo e formação mais completa de seus alunos. Estas, de acordo com Gustavo Capanema², deveriam se preocupar não apenas com a formação técnica do trabalhador, mas também precisariam levar em conta “o seu lado humano, isto é, o seu lado espiritual, o seu lado moral, o seu lado cívico e patriótico, o que quer dizer que o principal critério da formação do trabalhador nacional tinha que ser precisamente este – o de atingir, em determinado tempo, a sua preparação técnica e a sua formação humana”³. Luiz Antonio Cunha destaca a diferença entre os cursos de aprendizagem do SENAI e os cursos industriais básicos de 1º Ciclo das escolas industriais e técnicas, citando a L.O.E.I.:

Os cursos industriais [básicos] são destinados ao ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional”. Por outro lado, “os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente, aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício. (CUNHA, 2000, p. 37)

A Lei Orgânica do Ensino Industrial tinha como finalidade básica a organização do ensino industrial no Brasil. Sua principal inovação consistia no fato de que o ensino profissional passava a ser de grau médio, e não mais primário. Luiz Antônio Cunha afirma a respeito:

O deslocamento do ensino profissional para o grau médio tinha a função principal de permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos mais “educáveis”. As escolas de aprendizes artífices, de antes da “lei” orgânica, recrutavam os alunos provavelmente menos “educáveis” em virtude de sua origem social/cultural. Depois dessa “lei”, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário, era de se esperar que seu rendimento fosse significativamente superior ao dos “desvalidos” da situação anterior (CUNHA, 2000, p. 36).

Se anteriormente as Escolas de Aprendizes Artífices já não davam conta de atender aos “desvalidos”, agora estes estavam praticamente largados à própria sorte, enquanto o ensino industrial passava a preocupar-se com a forma-

ção de um contingente reduzido de alunos, que teria como função ocupar os novos postos de trabalho surgidos com a industrialização, com uma exigência maior de qualificação. O ensino profissional permaneceu destinado, portanto, aos filhos dos trabalhadores.

O ensino industrial passou a ser dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo, composto pelos cursos industrial básico, artesanal, de mestria e de aprendizagem. Destes, apenas os de aprendizagem e o industrial básico funcionaram efetivamente⁴, sendo os primeiros mantidos pelas empresas junto a oficinas durante o horário de trabalho, com duração variável de um a quatro anos, cursados em escolas de aprendizagem, enquanto o industrial básico tinha duração de quatro anos em regime seriado, sendo ministrado em escolas industriais e destinado aos menores que não trabalhavam. Nestas escolas, os alunos praticavam um ofício nas oficinas e laboratórios e tinham aulas de cultura geral. Ao concluírem o curso, recebiam o diploma de artífice. Era vedada aos concluintes do industrial básico sua admissão ao segundo ciclo do curso secundário. Se o estudante desejasse prosseguir na escola, a única possibilidade era o segundo ciclo do ensino profissional.

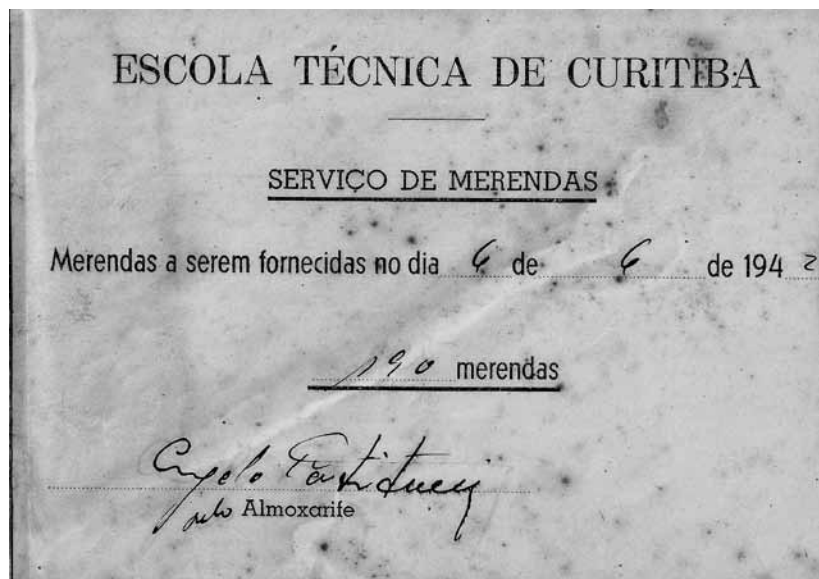


Figura 3 - Controle de merendas feito pelo Almoxarife da Escola Técnica de Curitiba.
Fonte: Acervo DEDHIS.

O segundo ciclo era composto pelos cursos técnicos e cursos pedagógicos. A criação destes justificava-se porque

aumentou a procura por técnicos industriais em virtude da expansão da produção em certos setores da economia; cresceu a necessidade de racionalização do uso dos recursos energéticos e das matérias-primas; procedeu-se à substituição de pessoal estrangeiro de alta qualificação; impôs-se a necessidade de formação de docentes para os cursos de aprendizagem; e, finalmente, mas não secundariamente, alunos e ex-alunos pressionaram pelo reconhecimento dos cursos existentes de modo a terem assegurados privilégios ocupacionais (CUNHA, 2000, p. 39).

Os cursos técnicos teriam três anos de duração, mais um ano de estágio na indústria. A admissão para esses cursos se dava após a conclusão do industrial básico ou do primeiro ciclo do ensino médio e aprovação em exame vestibular. Após a conclusão deste curso, aquele que quisesse chegar a um curso superior só poderia fazê-lo ao prestar vestibular para cursos vinculados ao seu curso técnico. Neste caso, a possibilidade de curso superior praticamente reduzia-se às engenharias.

Os cursos pedagógicos tinham um ano de duração, após conclusão do curso técnico, com disciplinas de cunho didático, e eram destinados a formar docentes e pessoal administrativo para o ensino profissional.

As escolas do sistema de ensino profissional recém-constituído, que ofereciam apenas cursos de primeiro ciclo, denominavam-se **escolas industriais**, enquanto as instituições que ofereciam cursos de primeiro e segundo ciclos denominavam-se **escolas técnicas**.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial estabeleceu a organização do ensino industrial como um sistema, cuja principal motivação para a organização foi a necessidade de suprir a crescente demanda por trabalhadores mais qualificados no âmbito do setor secundário da economia. Célio da Cunha (1977, p. 55) destaca que “a conjuntura econômica decorrente da Segunda Guerra Mundial criou condições para a organização do ensino técnico industrial, através do aumento provável da demanda de técnicos”, enumerando, as razões para este crescimento: o aumento da produção industrial, acompanhado pelo crescimento da oferta de empregos; o uso racional da mão de obra qualificada; e a necessidade de substituição de técnicos importados. Assim, o processo de desenvolvimento industrial pelo qual passava o país, no qual se verificava uma segmentação do mercado de trabalho, levou à hierarquização do trabalho, e à necessidade de um pessoal com uma formação baseada na racionalização científica, com o objetivo de aumentar a produtividade.

O que salta aos olhos, porém, é a insistência na necessidade do **técnico**, deixando para segundo plano os demais cursos industriais. Nos discursos de autoridades e especialistas da educação da época, nota-se um caráter de urgência na preparação desses técnicos, pois deles dependia o progresso industrial do Brasil, além de os mesmos tornarem-se, graças à formação recebida e ao papel importante que desempenharão para o desenvolvimento do país, profissionais de reconhecido valor. Portanto, a educação técnica pode ser vista como detentora de um papel messiânico neste contexto da vida brasileira. Chama a atenção o fato de que a formação profissional do técnico só ser considerada a partir da chamada *parte técnica*, cujas disciplinas específicas teriam por finalidade capacitar o aluno a elaborar os trabalhos de sua especialidade, utilizando-se das séries metódicas⁵, enquanto que a *cultura geral* seria apenas uma acumulação de conhecimentos nas disciplinas acima citadas. Ambas as partes somadas capacitariam o aluno a se tornar um profissional qualificado, pois assim se alcançaria uma força de trabalho mais eficiente e produtiva, capaz de colaborar para o desenvolvimento do país.

Como parte importante da formação dos alunos, também deveriam ser destacados procedimentos que objetivassem a disciplinarização do trabalhador, introjetando-lhes uma rotina no sentido de se tornarem mão de obra rápida e eficaz, o que caracterizaria o diferencial dessa elite de técnicos em relação aos demais trabalhadores, isto é, uma força de trabalho perfeitamente adequada à modernidade representada pelo processo de industrialização, e que, por ser detentora de conhecimentos específicos desse processo, estaria capacitada para desempenhar um papel fundamental no progresso do país. Por esse prisma de análise compreende-se a introdução da Educação Física, e da disciplina de Economia Doméstica, no curso de Corte e Costura - o único voltado para uma clientela feminina na Escola Técnica de Curitiba - o curso obrigatório de Instrução Militar para os alunos do sexo masculino, a orientação de alimentação e higiene dos alunos e a organização de grupos de escoteiros.

É nesse contexto que ganha relevo a revista LABOR, publicação oficial da Escola Técnica de Curitiba. O referido periódico procurou, por meio de seus editoriais e textos de docentes e de discentes, “o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo” (LENHARO, 1986, p. 15), com o objetivo de neutralização dos conflitos sociais. Neste sentido, devemos atentar para algumas características básicas dos artigos da LABOR, tais como a consideração do ensino técnico como um dos fatores para o desenvolvimento e a modernização do Brasil, e por isso mesmo justificando-se a sua reforma propugnada no Decreto-lei 4.073/42; a busca de uma instrumentalização do

corpo discente, com a finalidade de torná-lo apto para o trabalho; e a utilização de uma grande carga emocional em muitos de seus textos, de caráter patriótico e associados à imagem de Getúlio Vargas, defende que não apenas os alunos da escola, mas todos os brasileiros tenham a obrigação de reconhecer uma dívida de gratidão, pelos seus benefícios propiciados por ele ao Brasil e ao seu povo.

Uma outra forma de se desenvolver este “culto de veneração da pátria” era a participação de professores, funcionários e alunos em festividades alusivas às datas comemorativas. Tais eventos traduziam-se em desfiles dos corpos docente/funcional/discente de várias escolas de Curitiba, convocadas pelo Departamento de Educação do Estado do Paraná, e em atendimento a este órgão, a direção da Escola Técnica de Curitiba determinava a obrigatoriedade da presença da comunidade escolar por meio de portarias, seguidas de assinaturas dos mestres e funcionários cientes do conteúdo de tais documentos. Nessas celebrações, era exigido que alunos e professores comparecessem uniformizados, e que os demais funcionários trajassem terno, preferencialmente escuro, ameaçando-se de punição os que não comparecessem, não importando os motivos para tal. Também se estabeleceu a cerimônia de hasteamento e arriamento diário da bandeira nacional, com a presença de alunos, professores e funcionários, a primeira solenidade realizando-se às 8 horas, e a segunda, às 18 horas. Com o final do Estado Novo e a redemocratização, as comemorações mudaram. As solenidades reduziram-se a meras palestras em sala de aula sem prejuízo dos trabalhos escolares.

Além do civismo, as questões morais, principalmente aquelas ligadas ao trabalho e à formação dos jovens no âmbito familiar, e a apologia ao trabalho também eram um componente importante para o desenvolvimento do controle disciplinar na instituição escolar.

Portanto, eis aí a contribuição da Escola Técnica de Curitiba para a construção da

“trajetória de dominação para a qual confluem a política institucionalizada da contenção e desestruturação da classe trabalhadora e as micropolíticas de coerção e estímulos para a moldagem do corpo disciplinado do trabalhador desejável” (LENHARO, 1986, p. 104).

Não se podia esperar que apenas e tão somente as atividades nas salas de aula e nas oficinas pudessem concorrer para a consecução deste objetivo, por isso a preocupação com o bem-estar físico dos alunos, com a sua formação cívica e moral, para a qual a contribuição do corpo docente foi fundamental, utilizando-se da revista LABOR como veículo de divulgação.



Figura 4 - Desfile de alunos e professores da Escola Técnica de Curitiba na Rua Desembargador Westphalen. Ao fundo, à esquerda, parte da fachada do prédio da instituição.
Fonte: Acervo DEDHIS.

AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA

A década de 1940 foi de crescimento industrial e populacional tanto para o estado do Paraná quanto para sua capital. De acordo com Trindade & Andrezza (2001), a exploração do mate e da madeira havia dado origem a uma burguesia industrial paranaense, que investia em outros setores, inclusive na diversificação industrial. Esta classe foi a responsável pela modernização da capital paranaense, que se traduziu no incremento dos investimentos nos setores secundário e terciário da economia, nos transportes e na reforma urbana de Curitiba, de acordo com seus interesses econômicos e de controle social.

No final de 1943, foi apresentado o *Plano Agache*, elaborado pelo urbanista francês Donat Agache juntamente com engenheiros da Prefeitura Municipal de Curitiba, que traçava as diretrizes urbanísticas da capital do Paraná para o futuro. Dentre as características do mesmo destacamos o estabelecimento da área industrial da cidade em um local onde já havia uma certa concentração fabril e próxima à estrada de ferro. A área acima descrita corresponde ao bairro conhecido atualmente como Rebouças, onde, inclusive, estava situada a Escola Técnica de Curitiba, moinhos, usinas de mate e outras

fábricas, além de encontrar-se entre vias de acesso que ligavam o centro da cidade aos bairros residenciais com grande concentração de trabalhadores. Sem dúvida, uma localização estratégica, de acordo com o estabelecido no Plano de Urbanização. É nesse momento que focalizamos as obras de ampliação da Escola Técnica de Curitiba. No início de outubro de 1943, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, visitou a Escola Técnica de Curitiba. Na ocasião, Capanema reconheceu a deficiência das instalações da Escola, e prometeu tomar as providências necessárias para a ampliação da instituição e melhorias em suas oficinas.

O processo de ampliação da Escola Técnica de Curitiba começou a ser concretizado com o Decreto 16.399, de 22 de agosto de 1944, que declarava de utilidade pública as áreas adjacentes à escola no quarteirão em que a mesma se localiza até hoje, entre as Avenidas Silva Jardim e Sete de Setembro e as Ruas Marechal Floriano Peixoto e Desembargador Westphalen, no centro de Curitiba. A área compreendia terrenos pertencentes ao Governo do Estado e a particulares, tendo cerca de 23.546 m², sendo que 4.439 m² eram propriedades particulares. A ampliação da escola foi a saída encontrada para o problema da falta de espaço para todas as instalações necessárias ao funcionamento do estabelecimento educacional, pois havia uma legislação federal que proibia a construção de novos prédios públicos enquanto o Brasil estivesse em guerra.



Figura 5 - Visita do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, às dependências da Escola Técnica de Curitiba, 1943.

Fonte: Acervo DEDHIS.

A área pertencente ao governo estadual acabou sendo cedida sem maiores problemas pelo interventor Manoel Ribas. Quanto às áreas de particulares, as desapropriações enfrentaram resistências dos proprietários de terrenos na área, conseguindo mobilizar inclusive órgãos de imprensa, que publicaram reportagens contrárias às obras de ampliação da escola, então prestes a se iniciarem. Usando de argumentos, tais como o despejo de mais de quinhentas pessoas residentes no local, numa época de crise imobiliária, e a demolição de prédios considerados como importantes, o *Diário da Tarde* sugeriu que a Escola se mudasse para uma região afastada do centro da cidade, tida como área não apropriada para escolas.

A reação da Direção da Escola Técnica foi fulminante. No editorial de LABOR, os argumentos utilizados pelos jornais são considerados pueris, incapazes de compreender o quanto uma escola técnica pode contribuir para a resolução de problemas sociais e para o progresso da técnica, fundamental para o desenvolvimento do Brasil e do mundo moderno.

Apesar dos protestos, as obras não foram interrompidas. Em suma, as obras de ampliação da Escola Técnica de Curitiba faziam parte de um processo maior, o estabelecimento de um espaço urbano organizado de acordo com os valores sociais de uma nova classe dirigente paranaense, valores esses baseados na racionalização desse mesmo espaço, no sentido de agilizar a acumulação capitalista na capital do Estado. Os ventos civilizadores e modernizantes começavam a soprar fortes em Curitiba e no Estado do Paraná.



Figura 6 - Obras de ampliação da Escola Técnica de Curitiba, realizadas na década de 1950.
Fonte: Acervo DEDHIS.

A COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL (CBAI)

Em 03 de janeiro de 1946, foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), um programa de cooperação firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, com o objetivo de formar professores para atuar no Ensino Industrial, numa conjuntura em que o Brasil vinha experimentando um processo de expansão industrial, que se esboçava desde a década de 1930, aliada à crescente preocupação dos Estados Unidos com a América Latina, já observada durante a Segunda Grande Guerra, e ampliada com a irrupção da Guerra Fria.



Figura 7 - Vinheta de abertura do Boletim da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial. Fonte: Acervo DEDHIS.

Podemos situar a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial no contexto da chamada “Política da Boa Vizinhança”, empreendida pelo governo estadunidense com seus vizinhos latino-americanos, durante a Segunda Grande Guerra. Tal política seria o instrumento para o projeto de “americanização” do continente, cujo objetivo seria a adoção do chamado *american way of life*, tanto na América Latina, como posteriormente por todo o planeta. Para tanto, era extremamente importante a divulgação das vantagens da ideologia do americanismo para o subcontinente. De acordo com Antonio Pedro Tota, tal ideologia baseava-se nos ideais de democracia, progressivismo e tradicionalismo. A democracia estaria ligada “às ideias de liberdade, de direitos individuais e de independência”. O progressivismo seria o componente mais importante, pelo fato de estar relacionado com o racionalismo e com a capacidade produtiva do ser humano. E quanto ao tra-

dicionalismo, aqui podemos fazer referência ao “enaltecimento dos valores familiares, a coragem dos indivíduos, o temor a Deus” (TOTA, 2000, p. 19-20). Estes seriam os parâmetros pelos quais a sociedade brasileira poderia basear-se para a sua modernização, destacando-se, como já mencionado acima, a ideia de progressivismo, que seria o principal fator capaz de promover o desenvolvimento. Assim, podemos ressaltar o duplo objetivo do projeto de americanização: ao mesmo tempo visava à integração da América Latina ao mercado estadunidense, bem como o afastamento do subcontinente de influências socialistas e nacionalistas. Para tanto, fazia-se necessário combater a miséria e o subdesenvolvimento na região.

É nesse contexto que se pode compreender o surgimento dos programas de cooperação entre E.U.A. e Brasil. No que concerne ao setor educacional, já em 1941 estabeleceu-se um programa de intercâmbio, através do qual jovens de países latino-americanos eram selecionados para estudarem nos Estados Unidos, inclusive na área da indústria. Com base na Recomendação XV da I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, realizada em Havana, em 1943, três anos depois firmou-se um acordo entre o Ministério da Educação e Saúde e o *Inter-American Educational Foundation Inc.*, cuja cláusula IV estabelecia a criação de uma comissão especial que teria como função a aplicação do programa de cooperação educacional entre os E.U.A. e o Brasil: nascia a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI).



Figura 8 - Vinheta de abertura do Boletim da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial. Fonte: Acervo DEDHIS.

O programa de ação da CBAI compunha-se de doze pontos:

1. Desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores, instrutores e administradores.
2. Estudo e revisão do programa de ensino industrial.
3. Preparo e aquisição de material didático.
4. Ampliação dos serviços de bibliotecas; verificação da literatura técnica existente em espanhol e português; exame da literatura técnica existente em inglês e aquisição e tradução das obras que interessarem ao nosso ensino industrial.
5. Determinação das necessidades do ensino industrial.
6. Aperfeiçoamento dos processos de organização e direção de oficinas.
7. Desenvolvimento de um programa de educação para prevenção de acidentes.
8. Aperfeiçoamento dos processos de administração e supervisão dos serviços centrais de administração escolar.
9. Aperfeiçoamento dos métodos de administração e supervisão das escolas.
10. Estudo dos critérios de registros de administradores e professores.
11. Seleção e orientação profissional e educacional dos alunos do ensino industrial.
12. Estudo das possibilidades do entrosamento das atividades de outros órgãos de educação industrial que não sejam administrados pelo Ministério da Educação, bem como a possibilidade de estabelecimento de outros programas de treinamento, tais como ensino para adultos, etc. (FONSECA, C.S., 1961, p. 565. v. 1).

Para a concretização do acordo de cooperação educacional, a *Inter-American Educational Foundation Inc.* empenhar-se-ia em enviar especialistas para o desenvolvimento do ensino industrial no Brasil. Também professores e técnicos brasileiros iriam aos E.U.A. para realizarem treinamento na área. Comprometia-se ainda a entidade estadunidense com a preparação de material didático e recursos auxiliares para a formação de docentes. Os recursos financeiros para o programa seriam da ordem de US\$ 500.000,00 por parte do governo brasileiro, e de US\$ 250.000,00 por parte da Fundação estadunidense, que deveriam ser aplicados entre 1º de janeiro de 1946 e 30 de junho de 1948 (FONSECA, 1961, p. 565). Em junho de 1948 encerrou-se o prazo de vigência do Acordo, que, por meio de novo documento, foi renovado por um

ano, e assim sucessivamente ao longo de todo o período de funcionamento da CBAI, até 1963.

Em termos práticos, a CBAI iniciou suas atividades em 1947, com uma reunião de diretores de estabelecimentos de ensino industrial, realizada entre janeiro e fevereiro no Rio de Janeiro, cidade definida como sede do programa. Em maio do mesmo ano, os professores participantes do curso foram aos E.U.A., onde passaram um ano, sendo seis meses de estágio em escolas profissionais locais, três meses em indústrias e outros três meses em um curso de formação pedagógica (FONSECA, 1961, p. 567). Ainda em 1947, no mês de setembro, é a vez dos diretores de dez das escolas técnicas e industriais federais rumarem aos E.U.A. para frequentarem o curso de especialização.

Há três anos e pouco, em janeiro de mil novecentos e quarenta e nove, Truman, que acabava de ser eleito presidente dos Estados Unidos, estava preparando seu discurso inaugural. É de tradição no meu país que cada presidente, ao tomar posse, faça esse discurso inaugural, no qual ele proclama os principais objetivos que espera alcançar durante os quatro anos de seu mandato.

[...]

Quando o Sr. Truman começou a descrever em termos específicos seu programa de ação “para paz e liberdade”, ele mencionou quatro pontos principais. O primeiro, apoio às Nações Unidas; o segundo, a recuperação econômica dos países devastados pela guerra; o terceiro, segurança coletiva através do Pacto do Atlântico Norte e do Tratado do Rio de Janeiro. Até aí, as ideias que ele expôs seguiam diretrizes bem estabelecidas da política exterior dos Estados Unidos. Porém, em seguida, se me permitem conjecturar sobre o que se passou na mente do presidente, o Sr. Truman sentiu a necessidade de um novo e dramático esforço para reforçar os laços que unem as nações livres. [...]

O Ponto IV, segundo foi anunciado pelo presidente, era “um programa novo e audaz para tornar os benefícios de nosso progresso industrial e científico utilizáveis para a melhoria e expansão de áreas sub-desenvolvidas. [...]”.

Fragmento do Discurso O Ponto IV e o Instituto de assuntos Inter-Americanos, pronunciado pelo senhor J. Burke Knapp, Diretor da Cooperação Técnica Brasil-Estados Unidos, durante almoço oferecido no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, no dia 23 de abril de 1952, em comemoração ao décimo aniversário do Instituto de Assuntos Inter-Americanos.

Em janeiro de 1949, em seu discurso de posse, o presidente dos E.U.A., Harry Truman, propôs quatro diretrizes para a política externa estadunidense, e uma delas, a quarta, especificava: “tornar o conhecimento técnico norte-americano disponível para as regiões mais pobres do mundo” (TRUMAN, 1949 apud MALAN, 1964, p. 68). Essa linha de ação se concretizou num programa que se tornou conhecido como Ponto IV, e que estabelecia uma verba de US\$ 45 milhões destinados aos países latino-americanos na forma de cooperação e assistência técnica. A partir de junho de 1950, quando o Congresso dos E.U.A. aprovou o Ponto IV, a CBAI passou a se subordinar a esse programa⁶. O Ponto IV pode ser considerado como um desdobramento, ainda que insatisfatório, dos trabalhos da Missão Abbink, constituída em 1948, que realizou estudos detalhados a respeito dos problemas da economia brasileira, incluindo a insuficiência de mão de obra qualificada, recomendando projetos para a superação das várias dificuldades.

SITUAÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL NOS ANOS 1950

A expansão econômica atingia o país como um todo. Quando se iniciou o segundo governo Vargas, a sociedade brasileira já se encontrava bastante diferenciada, devido ao crescimento do setor industrial, à expansão do setor terciário e ao rápido crescimento dos centros urbanos dominantes (IANNI, 1977). Há praticamente um consenso nos diferentes governos do período a respeito da necessidade da formação de mão de obra mais qualificada como caminho para o progresso do Brasil, tarefa a ser cada vez mais incentivada, como bem o demonstram as melhorias nos edifícios e equipamentos das escolas industriais e técnicas, bem como no reconhecimento da importância da CBAI para o ensino industrial⁷.

A industrialização estava na ordem do dia e Murilo Braga, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), reconhecia que “a nossa juventude precisa receber nova doutrinação de que somente os brasileiros, [...] impulsionando as nossas máquinas, conseguirão retirar o país da posição retardada na escala da soberania econômica” (BRASIL. 1950, p. 1). Ressalte-se que tal visão era compartilhada pelo empresariado: Euvaldo Lodi, então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1954, considera que “a elevação do nível técnico da indústria brasileira só poderia ser bem-sucedida mediante [...] a ampliação do ensino técnico-profissional em todos os graus de ensino” (apud RODRIGUES, 1998, p. 76).

Ao longo da década de 1950, tanto pelo aprofundamento do processo de industrialização e a crescente hierarquização do trabalho no meio fabril, quanto pelas dificuldades enfrentadas pelos cursos de primeiro ciclo do ensino industrial, verificou-se um novo ímpeto reformista baseado na priorização do técnico, em detrimento do industrial básico. Sintomáticas dessa conjuntura são as Leis de Equivalência⁹ a realização da I Mesa Redonda Brasileira de Educação Industrial, com a participação de educadores, industriais, professores, diretores, técnicos e funcionários do Ministério da Educação (MEC), em 1954, a nomeação pelo MEC de uma comissão para a elaboração de um anteprojeto de lei que substituísse a Lei Orgânica de 1942, e, por fim, em 1959, a promulgação da Lei 3.552, que reformava o ensino industrial no Brasil. Tal legislação, muito mais enxuta que a Lei Orgânica do Ensino Industrial, era dirigida às escolas mantidas pelo MEC. O princípio da descentralização impõe-se ao estabelecer que as escolas federais pudessem ter autonomia administrativa, didática, financeira e técnica, além de personalidade jurídica própria. Para a administração de tais estabelecimentos de ensino, é criado o Conselho de Representantes, composto por seis membros da comunidade, escolhidos pelo presidente da República, mediante lista tríplice elaborada pelo MEC. A cada dois anos, seriam escolhidos dois nomes dessa lista para a renovação do Conselho. Esse Conselho elegeria um presidente, que seria o representante legal da escola e responsável pela nomeação do Diretor. Dentre as atribuições do Conselho, a maioria estava voltada para a questão fiscal e orçamentária, além de aprovar os sistemas de exames e promoções de sua escola. Estabeleceu-se também a criação do Conselho de Professores, para a direção didático-pedagógica. Quanto à organização escolar, há uma grande alteração no 1º Ciclo, em que os cursos básicos deixam de ter as diversas especializações, passando a haver um curso único de educação geral, com o objetivo de “ampliar os fundamentos de cultura, explorar as aptidões do educando e desenvolver suas capacidades, orientando-os, com a colaboração da família, na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores”. (apud FONSECA, 1961, p. 341-2). Dessa forma, o curso básico deixa de ser profissionalizante, passando a ser propedêutico ao 2º Ciclo. Os cursos técnicos, de no mínimo quatro anos de duração, tinham por meta

“assegurar a formação de técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores, ou para o exercício de profissões em que as aplicações tecnológicas exijam um profissional dessa graduação técnica”. (FONSECA, 1961, p. 342).

No texto da Lei, ressalva-se que os cursos técnicos deveriam estar articulados com a realidade industrial local e com o mercado de trabalho da região servida pela escola. Nota-se que permanece a concepção do técnico como mero auxiliar de engenheiros. A especialização, portanto, passa a caracterizar somente os cursos de 2º Ciclo.

Em suma, podemos concluir que, ao longo da década de 1950, há uma clara mudança na natureza do ensino industrial no Brasil. Se durante o Estado Novo a ênfase maior estava voltada para disciplinarização pela difusão de preceitos morais e por um civismo exacerbado, apelando-se, pois, para os aspectos emocionais, agora era vez de o racionalismo substituir as comoções patrióticas. Dada a nova conjuntura advinda com o pós-guerra, baseada na divisão do mundo em dois blocos opostos, bem como na recusa ao totalitarismo de inspiração fascista, as formulações ufanistas foram deixadas de lado, substituídas pela concepção de que somente por meio de procedimentos racionais se poderia chegar à prosperidade. Não bastava apenas haver vontade de fazer o país progredir, havia que se conhecer os caminhos adequados para isso.

Tal afirmação não implicava, porém, o simples esquecimento da ideia da construção da grandeza do Brasil a partir do trabalho, mas sim na necessidade de se conhecer quais os caminhos mais adequados para se chegar a este objetivo. Agora, o ensino técnico-industrial devia voltar-se para a aprendizagem dos conhecimentos adequados à operação das máquinas que edificariam o Brasil do futuro, desde que utilizados de acordo com os métodos da racionalização científica. A influência do progressivismo de matriz estadunidense passou a predominar no ensino técnico-profissional brasileiro por meio de um programa

“que reflete o desejo imperialista de embair a opinião pública dos países subdesenvolvidos com pretensões ideais de ajuda e assistência, as quais, no entanto, fazem-se sob certas condições que aumentam a espoliação econômica e intensificam a alienação política” (TAVARES, apud FRIGOTTO, 1984, p. 124).

Os ímpetus reformistas verificados ao longo do período analisado, principalmente a partir de meados da década de 1950, e acentuados no governo Juscelino Kubitschek, apontavam para as necessidades de descentralização administrativa e de flexibilização dos currículos como o caminho a ser trilhado pelo ensino industrial, para que este atentasse ao desenvolvimento industrial do país. O anteprojeto elaborado pela citada Comissão defendia a necessidade de uma reforma no ensino industrial como contribuição para que o

Brasil seguisse na trilha do progresso, eliminando a dependência econômica do país, de acordo com os ditames da Teoria do Capital Humano¹⁰. Discurso que contrariava a própria realidade em que se norteava, já que a crescente internacionalização da economia brasileira apontava na direção oposta.



Figura 9 - Juscelino Kubitschek em fábrica da Vemag, 1956.

Fonte: <http://memoriaspostumasdejuscelinokubitschek.blogspot.com/>

A ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA NA DÉCADA DE 1950

Ao longo da década de 1950, a Escola Técnica de Curitiba passou por uma série de reformas e ampliações em seu aspecto físico. As melhorias consistiram na ampliação do edifício principal e na construção de oficinas do tipo ‘pavilho-nar’ (em número de dez), teatro, ginásio, casa do diretor e casa do zelador. Tais obras foram iniciadas ainda em 1946, e prolongaram-se por muito tempo, com o acréscimo do internato, piscinas, quadras de esporte e arquibancadas.

O internato foi considerado a grande obra do período. Era composto por vinte quartos com dois ou quatro leitos, destinado aos alunos que vinham do interior do Paraná, que também recebiam alimentação pelo tempo que permanecessem internados¹¹. Os alunos internados eram, em sua maioria, do primeiro e do segundo ano do Industrial Básico.

Outra característica do período que chama a atenção é a baixa escolaridade dos mestres de oficina, a ponto de haver uma segregação destes por parte dos professores da chamada Cultura Geral, já que até mesmo os locais destinados ao intervalo dos professores eram diferentes. Tal situação pode ser explicada pela deficiência ou até mesmo pela ausência de uma formação teórica dos mestres de oficina.

Em 1950 eram os seguintes os cursos Industriais Básicos ministrados na Escola Técnica de Curitiba: Alfaiataria, Artes de Couro, Corte e Costura, Marcenaria, Mecânica de Máquinas, Serralheria e Tipografia e Encadernação. Os cursos Técnicos eram os de Construção de Máquinas e Motores (Mecânica), Decoração de Interiores e Edificações. Em 1957 foram criados os cursos Industriais Básicos de Fundição, Rádio e Eletricidade e Mecânica de Automóveis.



Figura 10 - O diretor da Escola Técnica de Curitiba, professor Lauro Wilhelm e equipe de professores da Escola, em cerimônia de formatura.

Fonte: Acervo DEDHIS.

De todos os cursos, o de Corte e Costura era destinado ao público feminino, que representava a maioria dos alunos do curso Técnico de Decoração de Interiores, embora deva ser ressaltado que não havia turmas mistas. Há que se registrar ainda a existência de um curso obrigatório para todas as alunas da escola, o curso de Economia Doméstica. A presença de alunas na Escola Técnica de Curitiba estava relegada aos papéis socialmente definidos para o

sexo feminino, nesse caso aos cursos que envolvam atividades ligadas ao que se espera das mulheres na sociedade, referentes à sua provável futura condição de donas de casa. Mesmo no caso do curso técnico de Decoração de Interiores, tratava-se da representação de uma atividade envolvendo preocupações com estética e sensibilidade, tidas como características femininas. Todos os cursos que envolvessem representações de atividades ligadas a trabalhos que exigissem força e/ou tecnologia, neste último caso relacionadas também a saberes tidos como mais elaborados, permaneciam restritos ao universo masculino.

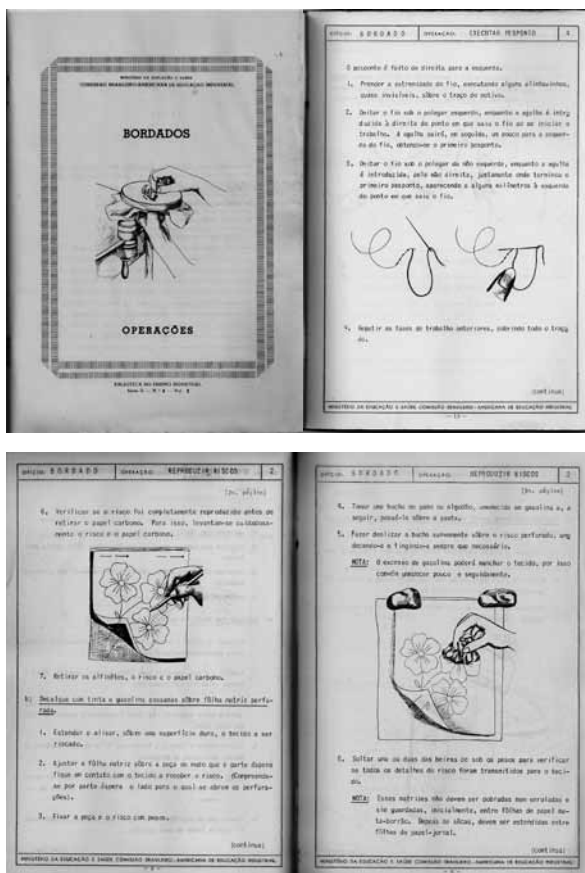


Figura 11 - Livro de bordados destinado ao ensino das alunas do Ensino Industrial, da CBAI, na Escola Técnica de Curitiba.
 Fonte: Acervo DEDHIS.

A ATUAÇÃO DA CBAI NA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA: O CENTRO DE PESQUISAS E TREINAMENTO DE PROFESSORES (CPTP)

De acordo com a documentação pesquisada, a primeira vez que se fez menção à criação de um centro de treinamento, por parte dos técnicos da CBAI, foi em 1956, quando uma comissão integrada por Francisco Montojos, então chefe da Divisão do Ensino Industrial do MEC e Superintendente da CBAI, mais os técnicos estadunidenses Paul C. Packer e Edward W. Sheridan, em colaboração com o MEC, designaram a ETC para sede do Centro de Treinamento de Professores¹². A ratificação de tal medida se deu por meio da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional de 1957, na qual o presidente Kubitschek estabelecia que,

dando prosseguimento aos serviços de assistência técnico-pedagógica ao magistério deste ramo [ensino industrial], deverão instalar-se, no corrente ano, cursos de aperfeiçoamento para professores já em exercício. A sede desses serviços será agora a Escola Técnica de Curitiba. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, [...] sediada na capital, está-se transferindo para aquela cidade, a fim de superintender e ministrar esses cursos (BRASIL, 1987, p. 281).



Figura 12 - Oficina de Rádio e Eletrecidade da Escola Técnica de Curitiba.
Fonte: Acervo DEDHIS.

O processo de transferência da parte pedagógica da CBAI para a Escola Técnica de Curitiba iniciou-se em fevereiro de 1957, a partir da chegada à capital paranaense do técnico estadunidense Glover E. Tully, então Diretor Técnico de Ações da Divisão Educacional da CBAI. Em relatório à coordenação do Ponto IV, Tully explicita os objetivos do Programa de Treinamento para Professores a ser desenvolvido no CPTP:

- 1) Treinar equipes de treinadores de professores que possam por sua vez treinar outros professores de educação industrial;
- 2) Preparar material didático para uso nas escolas da CBAI;
- 3) Propor mudanças curriculares que serão revisadas pelas autoridades educacionais brasileiras competentes para sua possível implementação¹³.



Figura 13 - Aluno pratica novas técnicas de fundição na oficina de Fundição da Escola Técnica de Curitiba.

Fonte: Acervo DEDHIS.

Para que o Centro de Treinamento pudesse iniciar seus trabalhos em agosto, conforme o cronograma estabelecido pela CBAI e pelo MEC, de 06 a 24 de maio de 1957, foi realizado um Seminário para Orientadores, uma espécie de evento-piloto que contou com a presença de vinte e cinco orientadores de escolas técnicas e industriais de todo o país. Ao mesmo tempo, providenciava-se a mudança do Rio de Janeiro para Curitiba de uma biblioteca com

aproximadamente 4.000 volumes, grande quantidade de material didático impresso, móveis, máquinas de escrever, equipamentos para instalação de novas oficinas e para reaparelhamento das oficinas já existentes¹⁴. Também foram transferidas para a ETC as oficinas gráficas para a produção de material didático e também para a confecção dos Boletins da CBAI.

Foi disponibilizada para funcionar a nova oficina de Rádio e Eletricidade, com a instalação de um novo transformador para dar conta do aumento no consumo de energia decorrente da instalação de novas máquinas, bem como de todo o equipamento necessário para o devido funcionamento do novo setor. Quanto à oficina de Fundição, esta foi toda reorganizada, com equipamentos modernos e em bases mais práticas, inclusive contando com um laboratório para análise de areia, para que os alunos pudessem aprender a fazer testes utilizados nas modernas fundições¹⁵.

Quanto aos motivos que levaram à escolha da Escola Técnica de Curitiba como sede do Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores da CBAI, há uma convergência de opiniões no sentido de a mesma ser considerada, na época, a escola técnica da rede federal mais bem equipada para a empreitada¹⁶.

A estruturação e a organização do CPTP era, sem sombra de dúvida, o principal projeto da CBAI para o Brasil. O CPTP tinha um diretor brasileiro, o então diretor da ETC, Lauro Wilhelm, e um diretor estadunidense, sendo o primeiro o professor Robert S. Hoole. Nos anos de 1958 e 1959, os cursos para professores tiveram a duração de oito meses, entre abril e novembro de cada ano; a partir de 1960, a duração passou para nove meses. As disciplinas dos cursos eram lecionadas em conjunto por um técnico estadunidense, que contava com um tradutor para auxiliá-lo em suas intervenções, e por um professor brasileiro, o *counterpart*, no planejamento do curso e no preparo das aulas, sendo que o *counterpart* ministrava as aulas, contando com a ajuda de auxílios audiovisuais e materiais didáticos, sob a assistência do técnico estadunidense. Quanto ao ensino, era realizado por meio de:

- aulas teóricas expositivas para a apresentação da matéria;
- aulas práticas para verificação e aperfeiçoamento das habilidades profissionais;
- debates com participação ativa dos professores-alunos;
- preparação e administração de aulas pelos professores-alunos, visando à didática individual¹⁷.

Os cursos oferecidos eram destinados a professores, técnicos e instrutores das escolas federais, estaduais e municipais, além do SENAI e de outras entidades convidadas pela CBAI. Esta ainda se responsabilizava pelo custeio das

passagens de ida e volta, das refeições na Escola Técnica de Curitiba e de uma ajuda de custo aos professores-alunos, que era maior para aqueles das escolas técnicas federais; aos professores-alunos não pertencentes à rede federal, eram pagas apenas as refeições no refeitório da ETC. A CBAI ainda custeava todo o material a ser utilizado durante o curso, bem como a substituição dos cursistas nas instituições às quais estivessem vinculados¹⁸.

O ingresso nos cursos do CPTP dava-se da seguinte forma: escolas industriais e técnicas, oficiais ou não, enviavam candidatos para Curitiba, após submeterem-nos aos exames de seleção aos cursos de treinamento em suas próprias instituições, portando uma carta de apresentação do diretor do estabelecimento em que lecionavam. Ao final do curso, os professores-alunos recebiam o certificado de Professor de Prática de Oficina de sua respectiva especialidade¹⁹.

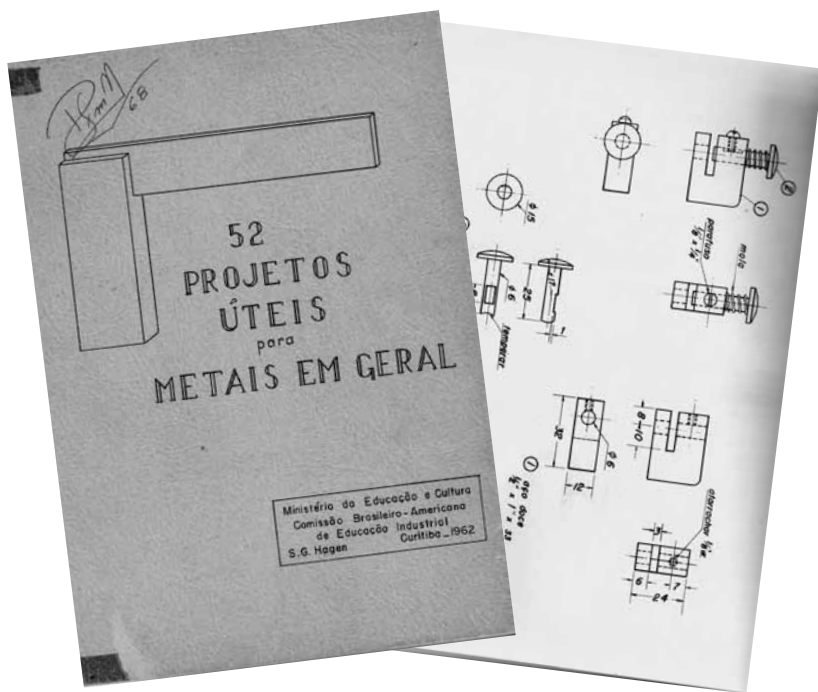


Figura 14 - Manual de 52 projetos úteis para metais em geral (01 e 02) elaborado pela CBAI para aulas ministradas na Escola Técnica de Curitiba.
Fonte: Acervo DEDHIS.

Entre agosto e dezembro de 1957, funcionou o primeiro curso de treinamento para professores do CPTP/CBAI nas dependências da Escola Técnica de Curitiba, para as áreas de Fundição e Modelação e Eletricidade. Tais cursos compreendiam

matérias técnicas correlatas, quais sejam: Português, Matemática e Desenho Técnico, bem como matérias pedagógicas que são as referentes ao curso industrial propriamente dito. Completando-o foram realizados trabalhos práticos em oficinas, observando a tecnologia do ofício e prevenção de acidentes, conferências e visita a indústrias locais²⁰.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o curso de treinamento funcionou ainda de maneira precária, com poucos professores-alunos e direcionado somente para duas áreas. No ano seguinte (1958), o curso teve a duração de oito meses, nas áreas de Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Fundição e Modelagem, Serralheria e Eletricidade. Dentre as disciplinas ministradas, além das chamadas matérias correlatas (Português, Matemática e Desenho Técnico), arrolamos as seguintes: Construção de Cursos, Princípios de Educação Vocacional, Análise do Ofício, Metodologia, Organização e Direção de Oficinas, Tecnologia, Prática de Oficina, Tratamento Térmico dos Metais (apenas para o grupo de metais) e Noções de Construção de Edifícios (apenas para Marcenaria). Em 1959, passou a ser oferecido também o curso de Mecânica de Automóveis.

Em 1960, a denominação mudou para Curso de Formação de Professores, e não mais de Treinamento, com a justificativa de que a grande maioria dos cursistas (pouco mais de 80%) não era de professores, mas de homens que almejavam o Magistério e ainda passariam por um processo formativo²¹. Iniciou-se em 15 de março, encerrando-se em 15 de dezembro, com duração aumentada para nove meses. Aos cursos já existentes, foram acrescentados os de Rádio e Artes Gráficas. Quanto à carga horária, à Preparação Profissional estavam destinadas oitocentas e oitenta (880) horas; à Preparação Pedagógica destinavam-se quinhentas e vinte (520) horas, restando duzentas (200) horas para as disciplinas de Preparação Geral²². Assim, o Curso de Treinamento para Professores totalizava mil e seiscentas (1.600) horas de formação.

O curso de 1961 teve sua duração aumentada para dez meses, sendo implantado o curso de Artes Industriais. Quanto aos cursos organizados em 1962 e 1963, infelizmente as fontes existentes são bastante escassas de informações para maiores detalhamentos.

A motivação dos cursistas sempre foi uma das preocupações da CBAI. Afinal, tratava-se de professores que abandonavam suas famílias e seus círcu-

los de convivência para passarem de oito a dez meses em um curso intensivo, com oito horas de atividades por dia, de segunda a sexta-feira, entre aulas teóricas, pela manhã, e práticas de oficina, à tarde, sem contar as tarefas extracurriculares solicitadas pelos professores do Curso²³. Assim, recomendava-se aos docentes do CPTP o apelo a determinados elementos motivacionais, como a necessidade de que os professores do ensino industrial e técnico se orgulhassem de seu ofício: “É preciso que se crie no íntimo de cada professor o espírito de PET*, isto é, a alegria, o orgulho e a consciência de ser um professor do ensino industrial, ou mesmo técnico”²⁴. Em segundo lugar, recorria-se à ascensão social e à superação da concorrência no mercado de trabalho que a formação no Curso de Treinamento permitiria. E, por fim, sensibilizar os cursistas a respeito de sua realização profissional e do seu papel na melhoria de vida de seus alunos.



Figura 15 - Manual de Curso básico para estudantes de máquinas operatrizes, elaborado pela CBAI. (01 e 02).
Fonte: DEDHIS.

A CBAI sempre procurou dar a mais ampla visibilidade ao CPTP. Afinal, tratava-se de mostrar ao país o quanto a ajuda estadunidense era importante para a superação do atraso do Brasil e para a nossa inserção na modernidade industrial capitalista, desde que se procedesse de acordo com o modelo estadunidense. Para tanto, utilizou-se de documentário cinematográfico sobre o CPTP e, principalmente, do Boletim da CBAI. Podemos afirmar que a Esco-

la Técnica de Curitiba, durante o funcionamento do Centro de Treinamento de Professores, praticamente centralizou as atenções do ensino industrial no Brasil, já que as principais atividades e eventos ligados a essa modalidade educacional aí se desenvolviam, desde os cursos para professores, que podem ser considerados a “menina dos olhos” do CPTP da CBAI, pois sempre recebiam o mais amplo destaque nos boletins do referido programa de cooperação, até os seminários de Orientação Educacional e Profissional e os encontros de diretores de escolas industriais e técnicas.

A IDEOLOGIA DA CBAI

Conforme tratamos anteriormente, a CBAI procurava divulgar e demonstrar as vantagens da ideologia do americanismo. Para uma análise da mesma, usamos como fonte a publicação *Boletim da CBAI* a partir de 1958, quando passou a ser elaborada nas dependências da Seção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba. A ideia básica difundida nos boletins permaneceu sendo a necessidade premente que o Brasil tinha de técnicos como condição fundamental para o seu progresso, ainda mais em um momento de intensa expansão industrial. Como já frisamos anteriormente, tal discurso é característico não apenas do período JK, mas já era difundido em governos que o antecederam. Era comum procurar enfatizar o auxílio estadunidense como condição essencial para o desenvolvimento do ensino industrial, o que permitiria uma melhor qualificação de mão de obra para alavancar o progresso do país.

Dessa forma, podemos compreender a ênfase dada à racionalização científica nas disciplinas específicas do curso de treinamento de professores, enfatizando-se a elaboração de séries metodológicas, que posteriormente seriam trabalhadas com os estudantes, caracterizando nitidamente uma visão *taylorista* do processo de ensino. Assim, o treinamento de professores para o ensino industrial deveria ser efetuado de modo que os docentes, ao trabalharem com os alunos dos cursos técnicos, seguissem a mesma senda, garantindo a formação de indivíduos direcionados para a eficiência produtiva, fator tido como fundamental à expansão industrial pela qual passava o Brasil no período.

A ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA DURANTE A PRESENÇA DA CBAI EM SUAS DEPENDÊNCIAS

A partir da Lei 3.552/59, a instituição passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Paraná (ETFPR). Em relação aos cursos técnicos de 2º Ciclo mantidos pela escola, destaca-se a criação dos cursos de Eletrotécnica, em 1959, e Eletrônica, em 1962, aproveitando-se das novas oficinas de rádio e eletricidade instaladas na escola pela CBAI, visando, em princípio, atender aos professores-alunos do CPTP. Isso além dos já existentes cursos de Mecânica (Construção de Máquinas e Motores), Edificações e Decoração de Interiores. Entretanto, tais cursos tiveram sua estrutura modificada com a legislação acima citada, tendo duração de quatro anos, sendo constituídos por disciplinas de Cultura Geral (Português, Matemática, Inglês, História, Física, Química e Administração Industrial), cuja carga horária era predominante no 1º ano e gradativamente se reduzindo até o 4º ano, todo ele destinado às chamadas Disciplinas Específicas, com carga reduzida no início do curso, mas aumentando gradativamente nos anos seguintes. Algumas dessas disciplinas eram ministradas para todos os cursos, como Desenho Técnico, Educação Física, Prática Profissional e Estágio Profissional, este último realizado em empresas específicas dos diferentes cursos durante o 4º ano.

Mas a grande alteração se deu com o 1º Ciclo. O Curso Industrial Básico passou a ser de Educação Geral, com um caráter de sondagem de aptidões e desenvolvimento de capacidades, que passou a ser conhecido por Ginásio Industrial. Dessa forma, perdeu sua especificidade terminal e profissionalizante, mas contou com a introdução da disciplina de Artes Industriais, para dar conta do que a nova legislação estabelecia. E para dar conta da demanda de professores para essa nova disciplina, o CPTP organizou uma oficina de Artes Industriais na ETFPR, tanto para treinar docentes como para o trabalho com os alunos.

No período entre 1957 e 1963, podemos verificar uma estabilização no número de matrículas no Ginásio (o antigo 1º. Ciclo), enquanto que no Colégio (o antigo 2º. Ciclo) o aumento no número de alunos, desde o primeiro ano de vigência da nova lei, foi substancial, devendo-se creditar tal situação tanto à equiparação dos cursos técnicos ao Secundário, oferecendo cursos de qualidade que permitem tanto a possibilidade de emprego em ocupações de nível médio quanto o livre acesso ao ensino superior.

Porém, se houve mudanças ao longo do período focalizado, não podemos nos esquecer das permanências, como as práticas de disciplinarização, tais como: as comemorações cívicas, canto orfeônico, banda de música, discipli-

nas escolares, como Educação Moral e Cívica, Educação Física (esta numa perspectiva eugênica)²⁵ e Ensino Religioso.

Porém, os grandes acontecimentos na vida da Escola Técnica eram as exposições, realizadas ao final de cada ano letivo. Grande destaque foi dado à Exposição do Cinquentenário, realizada na última semana de novembro de 1959, alusiva à criação das Escolas de Aprendizizes Artífices e do ensino industrial no Brasil. Inaugurada pelo diretor da DEI/MEC, Francisco Montojos, contou com a presença do Cônsul estadunidense em Curitiba, além de toda a comitiva da CBAI. Houve participação de trabalhos de todas as seções da escola, inclusive dos cursistas do CPTP, contando com ampla divulgação por parte da imprensa da capital paranaense. A exposição de 1960 era composta por “trabalhos executados neste ano por alunos de todas as séries, a fim de dar uma satisfação aos pais e ao público em geral, quanto aos ensinamentos ministrados no ensino profissional deste estabelecimento”²⁶. De fato, as exposições procuravam não apenas prestar contas aos pais e à comunidade em geral a respeito do trabalho desenvolvido na ETC, mas também procuravam transmitir a ideia de que o progresso do Brasil passava necessariamente pelo desenvolvimento do ensino industrial como fornecedor de mão de obra especializada para a indústria, tida como a grande propulsora do crescimento econômico do país. Mas isso tudo, é claro, desde que os corpos discente e docente da instituição estivessem imbuídos da ideologia do trabalho como fator impulsionador dessa expansão industrial, de acordo com os princípios racionalizadores, objetivando o aumento da produção.

Os investimentos da CBAI na Escola Técnica de Curitiba permitiram notáveis melhorias em suas instalações, sendo o fator determinante para que a instituição ficasse conhecida em todo o país. Os vários visitantes recebidos pela escola durante o período de funcionamento do CPTP saíam de lá com as melhores impressões possíveis, de acordo com o que publicava o Boletim da CBAI. O período em que a CBAI manteve seu Centro de Treinamento de Professores na Escola Técnica de Curitiba significou o momento em que esta instituição de ensino, por meio de uma série de melhorias recebidas devido à atuação do programa de cooperação com os E.U.A., tornou-se a escola-modelo para as demais da rede federal.

O ENCERRAMENTO DA CBAI

Pelo acordo firmado entre a DEI/MEC e o Ponto IV, à medida que fossem sendo capacitados técnicos brasileiros, gradativamente iria diminuindo a presença de técnicos estadunidenses no CPTP. Assim, a presença estadunidense começou a se reduzir a partir do final de 1961, com técnicos voltando ao seu país de origem, enquanto uma parte dos técnicos brasileiros da CBAI retornava ao Rio de Janeiro, levando, inclusive, a Redação de seu Boletim. O CPTP teve a sua denominação modificada para Centro Pedagógico do Ensino Industrial de Curitiba (CPEIC), ao mesmo tempo em que programas de treinamento de professores para o ensino industrial passavam a ser efetivados em outras instituições de ensino do país.

A questão principal que levou ao encerramento da CBAI, sem nenhuma dúvida, foi a participação do Ponto IV na conspiração que tinha como objetivo a desestabilização do governo João Goulart. Em 1963,

no dia 10 de outubro, tropas do Exército vasculharam um sítio em Jacarepaguá (Rio de Janeiro) e descobriram 10 metralhadoras Thompson, 6.000 balas, 50 granadas, além de outros apetrechos, como obuses e um rádio-transmissor-receptor portátil (Motorola) com o símbolo do Ponto IV. [...] O sítio, localizado nas vizinhanças de uma propriedade de Goulart, pertencia a um amigo de [Carlos] Lacerda [...] (BANDEIRA, 1973, p. 457, grifo nosso).



Figura 16 - Aula de ginástica no pátio da Escola Técnica Federal do Paraná.
Fonte: Acervo DEDHIS.

Esse mesmo autor denunciou também a organização de milícias paramilitares, com o objetivo de realizar atos de sabotagem contra o governo, em vários estados do Brasil,

à sombra da Polícia Militar, cujo adestramento, de acordo com o programa do Ponto IV, estava a cargo de um perito da CIA chamado Dan Mitriane. E eram justamente os Acordos de Cooperação Técnica (Ponto IV), firmados com os Estados Unidos, que permitiam não só a penetração como o controle das Polícias estaduais do Brasil pelos americanos, mais precisamente pela CIA. (BANDEIRA, 1973, p. 459).

A participação do Ponto IV em tais atividades levou o governo brasileiro a romper todos os acordos de cooperação com os E.U.A. No caso específico da CBAI, o Decreto 53.041, de 28 de novembro de 1963,

“considerando não haver conveniência na conservação do atual esquema administrativo para os serviços cooperativos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América do Norte no Setor de Ensino Industrial”,

repassou todos os encargos da CBAI ao Grupo de Trabalho e Expansão do Ensino Industrial (GTEEI), criado durante o governo Jânio Quadros (1961), que mudou sua denominação para Grupo Executivo do Ensino Industrial (GEEI). Este passou a responsabilizar-se pela formação de pessoal especializado para o ensino industrial, além de dar continuidade aos programas em andamento. Os próprios técnicos brasileiros da CBAI passaram a integrar o GEEI, enquanto os professores do CPEIC continuaram atuando no âmbito dos cursos técnicos da ETFPR, já que eram vinculados a essa instituição.

Pelo fato de ter adquirido autonomia administrativa com a Lei 3.552/59, como as demais escolas técnicas federais, cabia ao Conselho de Representantes da ETFPR definir se a instituição permaneceria com a formação de professores para o ensino industrial, por meio do CPEIC.

Em 1964, o CPEIC continuou funcionando apenas com os professores brasileiros formados pela CBAI. A decisão definitiva só foi tomada em reunião do Conselho de Representantes, de 18 de março de 1965, quando foi decidida a incorporação do patrimônio da CBAI à ETFPR, bem como a absorção dos professores e funcionários do CPEIC²⁷. Encerrava-se assim a experiência de formação e treinamento de docentes para o ensino industrial, no âmbito da ETFPR.

A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1960

A Escola Técnica Federal do Paraná passou por um período de transição, ao longo da década de 1960. Com a obtenção da equivalência, quando o 2º Ciclo Técnico passou a fazer parte do Ensino Médio,

as Escolas Técnicas Federais viveram o “boom” de seu ciclo expansivo, caracterizado por um forte incremento quantitativo de vagas e pela diversificação da oferta de cursos. Em um primeiro momento, até meados dos anos de 1960, observou-se um importante incremento da oferta educacional, tanto dos Cursos Técnicos Industriais de Nível Médio, quanto dos de Ginásio Industrial, acompanhado de uma tendência de crescimento da importância dos primeiros em relação aos segundos. Daí por diante se acentuaria a tendência de forte incremento das matrículas e da relevância dos Cursos Técnicos Industriais de Nível Médio, enquanto que o Ginásio Industrial perderia progressivamente sua importância, mantendo ainda um moderado crescimento de matrículas até 1969, quando se iniciou o processo de sua desativação, culminado em 1972 (LIMA FILHO, 2002, p. 230-1).

Ao examinarmos o número de alunos matriculados na instituição ao longo do período citado, percebemos um crescimento da oferta de vagas oferecidas pela ETFPR, o que nos permite supor a ocorrência de um aumento na procura dos cursos oferecidos, notadamente nos cursos técnicos de nível médio, já que o MEC propugnava pela gradativa extinção do Ginásio Industrial.

Tal situação deve ser creditada a três fatores: o fim das restrições legais ao ensino técnico, no que concerne ao acesso a outros ramos de ensino, por meio da equivalência obtida pela Lei 4.024/61; a condição de instituição-modelo dentre suas congêneres, à qual foi elevada pela reestruturação promovida pela CBAI durante o funcionamento do Centro de Treinamento de Professores; e a expansão do número de matrículas na instituição a partir de 1966, com o funcionamento dos cursos técnicos também no período noturno. As justificativas para a priorização dos cursos técnicos, mais uma vez, eram as necessidades de desenvolvimento do país, que carecia de uma mão de obra cada vez mais qualificada para as novas demandas criadas pela industrialização.

Nessa conjuntura, eis que surge uma outra situação pela qual passaram as escolas técnicas, e que, a nosso ver, foi decisiva para uma mudança no perfil da sua clientela. Pelo fato de serem instituições de ensino gratuito, em condições de preparar seus alunos para o ingresso em cursos superiores,

até mesmo as tradicionais escolas técnicas, antes destinadas aos estudantes provenientes das camadas populares, passaram gradativamente a acolher nos seus cursos estudantes pertencentes às frações das camadas médias seduzidas pelo projeto de modernização capitalista, escudados por processos seletivos de ingresso altamente concorridos (NEVES, 2000, p. 48).

Essa situação foi detectada também por outros estudiosos (CUNHA, 2000, p. 172-3; NUNES, 1980, p. 87-8; LIMA FILHO, 2002, p. 226; PEIL, 1995, p. 27).

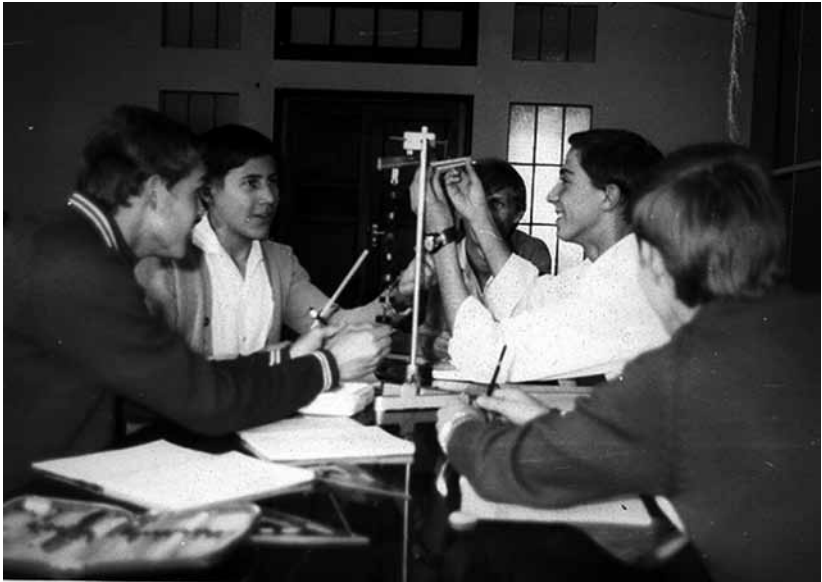


Figura 17 - Alunos da Escola Técnica Federal do Paraná em aula de laboratório.
Fonte: Acervo DEDHIS.

Assim, a Escola Técnica Federal do Paraná passou a ser procurada por uma clientela diferente daquela até então destinada, perdendo seu caráter de escola para os “filhos dos outros”. Ou seja, a expansão acima referida apresenta uma contradição, a de que a quantidade de alunos das escolas técnicas federais, aí incluída a ETFPR, cresceu quando elas dificultaram às classes populares o acesso a seus cursos, pelos motivos tão bem acentuados acima por Lúcia Maria W. Neves (2000). A possibilidade de se obter um ensino de qualidade, que ao mesmo tempo preparasse para o ingresso em cursos superiores e garantisse uma formação técnica capaz de proporcionar aos seus egressos disputar uma vaga em “um mercado de trabalho extremamente favorável, fa-

ziam dos cursos técnicos de nível médio [...] um grande meio para a aquisição de prestígio profissional e, conseqüentemente, de ascensão econômica e social” (NASCIMENTO, 1987, p. 14). A formação de técnicos permaneceu como uma atividade de constituição de uma elite, agora não mais direcionada para um reduzido número de indivíduos da classe trabalhadora, mas sim para as classes médias, “inquietas diante da emergência de novas expectativas e aspirações” (NUNES, 1980, p. 87).

Como o acesso ao ensino industrial tornou-se cada vez mais restrito, devido à grande procura, os exames de seleção acabaram por admitir os candidatos mais bem preparados, isto é, os originários das classes com poder aquisitivo suficiente para proporcionar a seus filhos uma melhor preparação para a obtenção de uma vaga nas escolas técnicas federais. A Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB/1961), ao consagrar a equivalência entre os cursos médios de 2º Ciclo, contraditoriamente contribuiu para estreitar ainda mais o apertadíssimo caminho para a melhoria social das classes populares. Assim, a trilha de fácil acesso destinada à classe trabalhadora começa a dificultar o seu alcance, possibilitando-lhe apenas a via do colegial secundário público e gratuito quando fosse possível lá chegar e, devido aos empecilhos de permanecer ou continuar na Escola, provocou ainda mais a evasão. Para essa grande maioria, sobram as ocupações de mais baixa remuneração, caracterizando um modelo social cada vez mais excludente.

CONCLUSÃO

Ao longo do período analisado neste trabalho, pudemos notar as transformações nas concepções a respeito do tipo de egresso que deveria sair das escolas industriais. Se a princípio eram instituições destinadas aos “desvalidos da fortuna”, ao longo da década de 1930 vai se constituindo a concepção de formação de uma “elite de trabalhadores” a partir da qualificação recebida nas escolas industriais e técnicas, que permaneceriam voltadas para a classe trabalhadora. Após a Segunda Guerra Mundial, o advento da Guerra Fria intensificou a presença estadunidense no Brasil, e na educação industrial esta se fez sentir com a atuação da CBAI. Ao longo dos anos 1950, com o desenvolvimento industrial do país, tornou-se necessário adequar a formação dos egressos ao novo modelo econômico, privilegiando-se o 2º Ciclo, tendência confirmada pela Lei 3.552/59 e ratificada pela LDB/1961.

Apesar das diferenças de enfoque nos diversos períodos, podemos assinalar alguns traços em comum nessa concepção. O primeiro deles é a discipli-

narização pelo trabalho, elemento conformador da mão de obra preparada nas escolas profissionais. Tal característica encontra-se presente desde a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná e de suas similares de outros estados do Brasil (QUELUZ, 2000), e mantém-se durante fases posteriores, conforme nos mostraram os textos da revista *Labor* e dos boletins da CBAI. Outro elemento marcante, que colaborou profundamente para o amoldamento dos futuros trabalhadores, foi a educação moral e cívica, também presente desde a fundação da escola (QUELUZ, 2000, p. 69-71), atingindo o paroxismo durante o Estado Novo e mantendo-se, de forma mais comedida, durante a década de 1950 e início dos anos 1960.

Os princípios de racionalização científica só foram adotados efetivamente na EAA-PR a partir de 1930, quando começaram a ser postas em prática as determinações do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico (QUELUZ, 2000, p. 209). Embora a racionalização entrasse na ordem do dia ao longo dos anos 30 e 40, foi somente com a CBAI que se procurou consolidá-la na prática da sala de aula por meio dos cursos para professores e orientadores do ensino industrial. Aqui, a figura do docente do ensino industrial ganhou relevo, pois ele é o responsável pela qualificação dos técnicos que serão responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil, de acordo com o discurso hegemônico da época. Essa preparação envolvia procedimentos racionalizadores, muitos deles inspirados no *taylorismo*, e ministrados nos cursos da CBAI pelos técnicos estadunidenses. Nesse momento,

a ótica norte-americana de educar para manter a ordem social encontrava receptividade nos meios educacionais brasileiros, onde se discutia não só a prioridade do planejamento educacional como meio de conter possíveis conflitos sociais, mas também as virtualidades da ajuda internacional, no que dizia respeito à aceleração do processo de desenvolvimento nacional (NUNES, 1980, p. 87).

A condição de metodologia hegemônica para o ensino industrial foi consolidada pelo Decreto 47.038, de 16 de outubro de 1959, que regulamentava a aplicação da Lei 3.552/59. Em seu art. 7º estava explicitado que “em todos os cursos de ensino industrial, os alunos deverão ser orientados a respeito dos princípios e métodos de organização científica do trabalho aplicáveis às atividades produtivas.” (apud FONSECA, 1961, p. 349). A Portaria nº 10, de 16 de setembro de 1960, que estabelecia as diretrizes gerais dos currículos de ensino industrial, reforçava tal condição, ao fixar em seu art. 3º que as práticas de oficina dos alunos do Ginásio Industrial deveriam respeitar os princípios e métodos da organização científica do trabalho, obedecendo a séries metó-

dicas de trabalhos formadas de peças úteis²⁸. Quanto aos cursos técnicos, o parágrafo 6º do art. 7º determinava que seus alunos “deverão ser orientados a respeito dos princípios e métodos de organização científica do trabalho aplicáveis às atividades produtivas, devendo tais conhecimentos fazer parte do currículo e desenvolver-se metodicamente em suas aplicações práticas”²⁹.

Por fim, em 1971, o curso ginasial passou a integrar o ensino de 1º Grau, e o Ensino Médio tornou-se profissionalizante, com a aprovação da Lei 5.692, por um Congresso Nacional totalmente subserviente ao Regime Militar então vigente. As escolas técnicas federais eram consideradas como modelares para as demais escolas de 2º Grau nessa reforma educacional, “em função da qualidade das instalações que possuíam, do seu quadro docente e de sua reconhecida experiência na preparação para o trabalho” (LIMA FILHO, 2002, p. 224), mas principalmente, a nosso ver, pelo fato de que os seus componentes fundamentais, a disciplinarização, a racionalização científica e a ideologia messiânica de serem instituições essenciais para o desenvolvimento do país, foram estendidos a todo o Ensino Médio.

NOTAS DO AUTOR

1. AS NOVAS instalações do refeitório do Liceu Industrial do Paraná e a sua influência na educação dos seus alunos. **Labor**. Curitiba, ano 2, n. 6, nov. 1941.

2. Ministro da Educação durante o Estado Novo.

3. Conferência de Gustavo Capanema quando da solenidade de abertura do SENAI. Apud Schwartzman, Bomeny e Costa, (1984, p. 240).

4. De acordo com Cunha (2000, p. 37), os cursos artesanal e de mestría não funcionaram. O primeiro porque a atividade artesanal era pouco rentável, portanto os custos sociais eram muito altos, enquanto que o de mestría tinham formandos muito jovens e inexperientes, não sendo respeitados pelos operários mais velhos. Por isso, ambos apresentavam baixa procura, sendo desativados com o tempo.

5. De acordo com Bollinger e Weaver (1950), o ensino nas oficinas deveria ocorrer a partir de uma sequência de operações bem planejadas, de forma que a aprendizagem pudesse ser feita no menor prazo possível, com o mínimo de confusão e com o menor esforço por parte do aluno.

6. Quando da aprovação do Ponto IV, a verba destinada ao programa reduziu-se para US\$ 34, 5 milhões. Ver MALAN, In: FAUSTO, 1984, p. 68-9.

7. Conforme demonstram fartamente as mensagens presidenciais do período em tela. Consultar a esse respeito: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. Brasília: INEP, 1987. v.1.

8. INEP é a sigla para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão vinculado ao Ministério da Educação.

9. Lei 1.076, de 1950, permitia aos concludentes do 1º ciclo do ensino profissional cursarem o 2º ciclo secundário, clássico ou científico, desde que prestassem exame das disciplinas não estudadas durante o 1º ciclo; e Lei 1.821, de 1953, permitia aos alunos egressos do 2º ciclo do ensino profissional ingressarem em qualquer curso superior, com a condição de prestarem os exames das disciplinas não cursadas no 2º ciclo.

10. Esta se baseava na ideia de que a educação permite ao trabalhador melhorar sua capacidade produtiva, permitindo-lhe melhores condições de negociar o seu “capital”, isto é, a sua força de trabalho no mercado. Dessa forma, lucraria tanto ele, trabalhador qualificado, quanto o próprio país, que o aproveitaria para o seu progresso. De acordo com Frigotto (1984), a educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção.

11. WILHELM, Lauro. **Entrevista concedida a Gilson Leandro Queluz/NUDHI/CEFET-PR**. Curitiba, 10 maio 1995.

12. EXTRATO do Relatório de 1957 da USOM/B (Ponto IV). **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIII, n. 1, p. 15, jan. 1959.

13. TULLY, Glover E. **International Cooperation Administration**. Curitiba, 8 set. 1957. Arquivo Geral do CEFET-PR, documentos da CBAI.

14. Id., Ibid.

15. EXTRATO do Relatório de 1957 da USOM/B (Ponto IV). **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIII, n. 1, p. 15, jan. 1959.

16. De acordo com Glover E. Tully, Diretor Técnico de Ações da Divisão de Educação do Ponto IV, designado para supervisionar e coordenar o trabalho de instalação do CPTP na Escola Técnica de Curitiba, em documento denominado “Entrevista”, sem especificação de autor e data, encontrado nos documentos da CBAI do Arquivo-Geral da UTFPR.

17. MONTOJOS, Francisco & BYRNES, Arthur F. Resolução nº 8. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIII, n. 6, p. 12, jun. 1959.

18. Id., Ibid., p. 13.

19. Os cursistas de Marcenaria e de Fundição ainda tinham que expor trabalhos executados ao longo do curso, nas oficinas da ETC, de acordo com a respectiva Série Metódica, como avaliação final.

20. Primeiro curso de treinamento para professores na Escola Técnica de Curitiba. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XII, n. 1, p. 2, out. 1958.

21. SOLIDARIEDADE. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIV, n. 2, p. 1, abr. 1960.

22. HILL, Alton D.; PROCÓPIO, Luiz. **Relatório do ano de 1960**. Curitiba, 20 jan. 1961. Arquivo-Geral do CEFET-PR, documentos da CBAI.

23. Cf. KNAUER, Ernesto. **Entrevista concedida a Gilson Leandro Que-luz/NUDHI/CEFET-PR**. Curitiba, 06 nov. 1995; CURSO de formação de professores de 1960. **Instruções aos cursistas**. Curitiba, 1960. Arquivo Geral do CEFET-PR, documentos da CBAI; HILL, Alton D.; PROCÓPIO, Luiz. **Relatório do ano de 1960**. Curitiba, 20 jan. 1961. Arquivo-Geral do CEFET-PR, documentos da CBAI. * Professor do Ensino Técnico.

24. SCHMIDLIN, Gastão. **Sumário da palestra realizada pelo prof. Gastão Schmidlin, no Seminário de Professores do Curso de Aperfeiçoamento de 1959**. Curitiba, 1959. Arquivo-Geral do CEFET-PR, documentos da CBAI.

25. Cf. SALIBIAN, Nubar V. O valor da Educação Física nas Escolas Industriais. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XV, n. 2, p. 13, abr. 1961.

26. EXPOSIÇÃO de trabalhos na Escola Técnica de Curitiba. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIV, n. 10, p. 2, dez. 1960.

27. ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Representantes. **Ata da 59ª reunião realizada no dia 18 mar. 1965**. Livro 1, s.p. Arquivo-Geral do CEFET-PR.

28. Apud PORTARIA N.º 10, de 16 de setembro de 1960. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XIV, n. 9, p. 9, nov. 1960. Essa situação será repetida no Decreto 50.492, de 25 de abril de 1961, em seu art. 6º. Para tanto, verificar em: GINÁSIOS industriais. **Boletim da CBAI**, Curitiba, v. XV, n. 5, p. 7, jul. 1961.

29. Id., Ibid., p. 10.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Geral do CEFET-PR: ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA, Livro de Atas – Conselho de Representantes, liv. 1, 1960-1968.

BOLETIM DA CBAI. Curitiba: Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, 1958-1961.

COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL, Documentos, 1957-1963.

Núcleo de Documentação Histórica (NUDHI) – CEFET-PR: LABOR. Curitiba: Escola de Aprendizes Artífices do Paraná/Liceu Industrial do Paraná/ Escola Técnica de Curitiba, 1940-1947.

KNAUER, Ernesto. Entrevista concedida a Gilson Leandro Queluz – NUDHI/CEFET-PR. Curitiba, 06 nov. 1995.

WILHELM, Lauro. Entrevista concedida a Gilson Leandro Queluz – NUDHI/CEFET-PR. Curitiba, 10 maio 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BOLLINGER, Elroy W.; WEAVER, Gilbert G. *Organização de séries metódicas*. Rio de Janeiro: MEC/CBAI, 1950.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)*. Brasília: INEP, 1987. V.1.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1961. 2 v.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA FILHO, Domingos Leite. *A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1982.

MALAN, Pedro S. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (dir.) *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, 4. vol. São Paulo: Difel, 1984.

MENDONÇA, Sonia R. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

NASCIMENTO, Oswaldo Vieira do. *O ensino industrial no Brasil: 75 anos do ensino técnico ao ensino superior*. Rio de Janeiro: SENAI-DN/DPEA, 1987.

NEVES, Lúcia Maria W. *Brasil 2000 – nova divisão de trabalho na educação*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

NUNES, Clarice. *Escola e dependência – o ensino secundário e a manutenção da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

PEIL, João Manoel de Sousa. *Estudo da importância das Escolas Técnicas Federais no contexto da educação brasileira*. Pelotas: ETFPel, 1995.

QUELUZ, Gilson Leandro. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)*. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial – o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

TRINDADE, Etelvina M. de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.